

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A transformação do amplo movimento de opinião já existente num dinâmico movimento de protesto popular expressando-se em variadas formas de acções de massas; uma agitação mais incisiva (...); deserções acompanhadas de actos revolucionários; (...) acções de descontentamento, resistência passiva e insubordinação nas forças armadas; (...) acções directamente dirigidas contra o aparelho militar colonialista; o aproveitamento de todas as oportunidades, como partidas e embarques de tropas e funerais de soldados para que o povo manifeste o seu protesto; — tais são as tarefas fundamentais na luta contra a guerra colonial no momento presente

(CC do PCP, Maio de 1972)



URGE PÔR FIM À GUERRA COLONIAL!

Dura há doze anos a guerra colonial. O assalto às cadeias de Luanda empreendido por comandos do MPLA, a 4 de Fevereiro de 1961, com o objectivo de libertar patriotas angolanos ali encarcerados, constituiu o primeiro acto da insurreição do povo de Angola e marca o início do desmoronamento do domínio colonial português, como foi definido na altura pelo nosso Partido.

O governo da ditadura fascista, chefiado então por Salazar, ao mesmo tempo que mobilizava os mais vastos recursos e praticava os mais espantosos crimes para esmagar os combatentes angolanos, esforçava-se através da sua propaganda para apresentá-los ao povo português e ao mundo como grupos de drogados enviados do estrangeiro. Meses após o início da insurreição angolana já os fascistas proclamavam ter dominado a situação, acabado com a guerra e reduzido tudo a simples operações de polícia.

As basólias fascistas, que com ligeiros cambiantes se vêm ouvindo há doze anos, nada tinham a ver com a realidade.

A luta do povo angolano em armas prosseguia e, sob a direcção do MPLA, foi vencendo as mais severas dificuldades, passou a um processo de consolidação e propagação a grande parte do território de Angola.

O povo da Guiné que, sob a direcção do PAIGC, iniciou a luta armada em Janeiro de 1963 e o povo de Moçambique que, sob a direcção da FRELIMO, a iniciou em Setembro de 1964, juntaram-se ao povo de Angola no combate ao colonialismo português em três frentes distintas mas solidárias de luta.

O MPLA, o PAIGC, e a FRELIMO ao mesmo tempo que combatem o colonialismo reorganizam a vida das populações nas vastas zonas já libertadas tanto no plano político e administrativo, como no plano económico, educacional e sanitário.

Os grandes sucessos obtidos ao longo destes anos pelos movimentos de libertação só foram possíveis pelo seu profundo enraizamento popular, porque são a expressão da inquebrantável vontade de independência e liberdade dos povos de Angola, Guiné e Moçambique. A vitória pertence-lhes.

A política fascista baseada na intensificação do esforço de guerra

para abater e dominar pela violência e o crime os povos das colónias está condenada ao fracasso. Doze anos de guerra demonstram-no inequivocamente.

Para o povo português esta política representa, ao longo dos doze anos decorridos, o sacrifício a uma causa injusta de dezenas de milhares de jovens, mortos ou mutilados física e psiquicamente, o agravamento das condições de vida através do crescente aumento dos impostos e da subida em flecha dos preços, a intensificação da opressão e da repressão políticas, a maior submissão ao imperialismo estrangeiro.

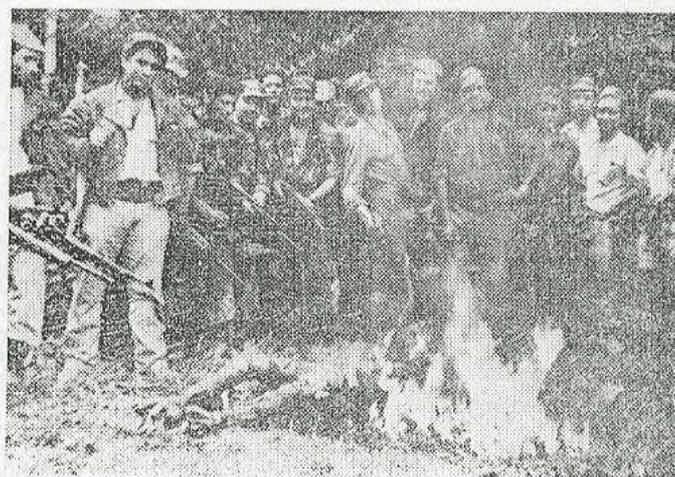
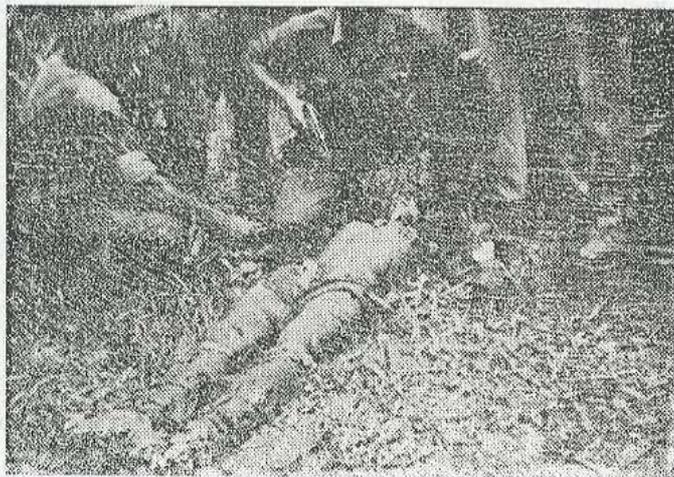
Os movimentos de libertação prontos a negociar

O ano de 1972 foi assinalado por grandes sucessos militares e políticos dos movimentos de libertação das colónias portuguesas. Simultaneamente, fortaleceu-se a solidariedade internacional que lhes é prestada e foram reconhecidos pela Assembleia Geral da ONU como legítimos representantes dos seus povos. A política colonial do governo de M. Caetano sofreu assim, novos e severos reveses.

Em Angola, a acção político-militar do MPLA que já em 1971 abrangia dez distritos foi alargada, em 1972, à rica região dos altos planaltos e atingiu a frente mais avançada no centro do país sobre a linha de demarcação dos distritos de Luanda, Malange e Bié. As populações do extremo sul de Angola (região do Cunene) levantaram-se e passaram à acção armada contra o colonialismo português.

Em Moçambique, os combatentes da FRELIMO que já em 1971 tinham alargado a sua acção para o sul do Zambeze, abriram, em 1972, a nova frente militar de Manica e Sofala, atacaram a cidade de Tete, implantaram-se numa vasta região que circunda Cahora Bassa, ameaçando as obras em curso.

Na Guiné, o PAIGC que domina mais de dois terços do território enfrentou com sucesso a tentativa do exército colonial para retomar regiões libertadas e infligiu-lhe pesadas baixas. Testemunhando a consolidação do poder popular nas regiões libertadas acabam de
(continua na pág. 6)



Estas fotografias tiradas em Angola documentam as atrocidades da guerra colonial, que o governo português move a povos em luta pelo seu direito de serem livres. Elas mostram como um angolano é torturado, cortado à catana, queimado. Os risos dos militares do exército colonialista acusam o grau da sua degeneração. É esta a escola de atrocidades, de selvajaria, de banditismo, de perversão e corrupção mural dos soldados portugueses pelos

comandos fascistas.

É tempo de pôr fim a estes crimes! Que se intensifique a resistência popular e nas forças armadas contra a guerra colonial! Que se abram negociações imediatas com os legítimos representantes dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, para pôr fim à guerra, ao reconhecimento do direito desses povos à completa e imediata independência!



Alargar a unidade na acção

pelas liberdades democráticas pelo fim da guerra colonial

A «conversa» de M. Caetano em Novembro, e as «mensagens» de fim de ano de Veiga Simão e A. Tomás, foram uma mistura de demagogia, desespero e inquietação, a reflectirem as dificuldades do país e a crise do regime.

Todos os governantes fascistas invocam Cabora-Bassa, as auto-estradas e as «reformas» do ensino como realizações históricas, mas o que tais realizações indicam é o carácter anti-nacional da política da camarilha governante. Cabora-Bassa procura ser o símbolo do racismo e da dominação colonialista. As auto-estradas serão o produto do maior investimento estrangeiro até hoje feito no país e, por isso mesmo, representarão a imagem da crescente dominação imperialista em todos os aspectos da vida nacional. As Universidades e Escolas a criar como bandeiras desfraldadas ao vento pelo ministro Simão são, tal como ele próprio confessou, uma imposição pelo «estado de saturação» das actuais Universidades, e constituem mais um remendo à «reforma» do ensino.

O demagogo Veiga Simão disse que o programa anunciado «é obra de vários anos».

Afirmou que «quando todas as Universidades e outras escolas do Ensino Superior atingirem a sua plenitude, as despesas de funcionamento elevar-se-ão a 2.600.000 contos anuais.»

Mas mesmo que se gastasse tal verba, (num ano que é uma incógnita) o que é bem real é que se gastam actualmente em despesas militares 6 vezes mais. As despesas militares em 1971 elevaram-se a 15 milhões e 312 mil contos.

Sobe o custo de vida, aumenta a miséria dos trabalhadores

O peso da infame guerra colonial é a causa principal da crise em que o país se debate, do novo grande aumento do custo de vida, da inflação e do aumento generalizado dos impostos, nomeadamente sobre os automóveis. A. Tomás mente descaradamente quando afirma que o «aumento substancial dos salários e do nível de vida gera o aumento do custo dos bens de consumo e a consequente inflação». Segundo as próprias estatísticas oficiais, de Dezembro de 1970 a Dezembro de 1971, os preços aumentaram mais de 15% em Lisboa e no Porto, enquanto que os salários na indústria e nos transportes aumentaram somente 10,5% em Lisboa e 13,8% no Porto. O governo de M. Caetano esforça-se por fazer recair sobre as classes trabalhadoras o peso principal das consequências de toda a sua criminoso política. Para isso recorreu ao congelamento de salários e a PIDE-DGS colabora cada vez mais estreitamente com os monopolistas e patrões que se opõem às justas reivindicações dos trabalhadores, particularmente quando estes lu-

tam por aumento de salários. Mas para além da classe operária, os camponeses e outras classes laboriosas do país, as variadas camadas sociais não monopolistas são igualmente atingidas pela política anti-nacional e anti-popular do governo de M. Caetano.

As dificuldades económicas do país, os progressos da luta popular e do movimento democrático, a crescente condenação internacional do colonialismo português e os revezes da guerra colonial, os progressos verificados no sentido da segurança e cooperação europeias, tudo isso enfraquece a posição da ditadura e faz acentuar as suas dificuldades e contradições. A constante repressão desencadeada pelo governo (prisão mensal de dezenas de trabalhadores e outros democratas, encarceramento de Cooperativas, suspensão da Ordem dos Médicos de Lisboa, etc.), a aplicação generalizada de cruéis torturas pela PIDE-DGS, são aspectos reveladores das dificuldades do regime e duma crescente agudização da luta de classes.

Lutar em todas as frentes

Durante o último ano e especialmente nos últimos meses, o movimento democrático deu importantes passos. Foram criadas ou reorganizadas muitas comissões locais, concelhias e distritais; publicaram-se documentos variados; realizaram-se reuniões nacionais de coordenação com a presença de quase todos os distritos; prepara-se o Congresso de Aveiro e a luta do recenseamento, etc..

Amadurecem as condições para desencadear potentes acções e movimentos de massas. Mas para isso é indispensável compreender-se que não é na discussão abstracta de questões sem significado imediato, mas sim nas acções concretas pelos anseios das massas populares, que se forja a unidade, se alargam as lutas, se reforça a organização e se desenvolve mais e mais a luta pelo derrubamento do fascismo. A ditadura fascista já está a trabalhar afanosamente para as «eleições» deste ano, e o Movimento Democrático não pode perder tempo. Uma das tarefas mais imediatas é manifestar a firme determinação de intervir nas eleições fascistas com a apresentação de candidatos tendo como objectivo criar um potente movimento de massas na luta contra o fascismo, pelas liberdades democráticas e pelo fim da guerra colonial.

A luta por estes objectivos primordiais não exclui, antes pressupõe, a correcta associação das reivindicações políticas com as de carácter económico, cultural e social, com as reivindicações específicas das populações de cada localidade ou região. A convergência e o êxito do movimento de massas dependerá do grau de mobilização e participação da

classe operária e de todos os trabalhadores assalariados, assim como dos esforços a fazer no sentido de alargar a acção e a organização da juventude trabalhadora, das mulheres, dos camponeses, dos estudantes e intelectuais, etc..

O recenseamento e o Congresso da Oposição

O Congresso da Oposição Democrática, a realizar em Abril, em Aveiro, assim como a batalha à volta do recenseamento, são duas importantes frentes de luta que devem constituir novos e importantes passos no desenvolvimento da acção de massas e da unidade anti-fascista. Tais frentes de luta não podem dissociar-se da frente de luta comum contra o fascismo e pelas liberdades democráticas. Dos esforços do movimento democrático, da largueza da sua acção e da actividade das suas Comissões dependem os êxitos a obter com o Congresso e o Recenseamento.

Seria irrealismo condenado ao fracasso qualquer ideia no sentido de aproveitar a Comissão do Recenseamento ou o Congresso para criar, a partir daí, um movimento democrático «novo» visando substituir os objectivos, a orientação, os métodos de acção e a estruturação do actual.

O Movimento Democrático existe como uma importante força em pleno desenvolvimento. As suas Comissões estendem-se ao longo do país, possuem ampla base unitária, mas sem qualquer representatividade de partidos ou agrupamentos tidos como tais. Pensamos que estes princípios são de manter firmemente e que não deve haver qualquer discriminação em relação a todos os que desejem integrar-se nas Comissões do movimento, concordem com os seus métodos de acção e aceitem os objectivos fundamentais da Oposição Democrática: luta para acabar com o fascismo, pelas liberdades democráticas e o fim da guerra colonial.

Unir para a acção

A unidade democrática pode ser ampliada e todos devemos fazer esforços nesse sentido. Mas para alargar a unidade não se põe a questão de substituir o que já existe, pois a tarefa que se põe é a de tornar ainda maior a representatividade social e política de todas as Comissões democráticas já existentes ou a criar e, acima de tudo, coloca-se a tarefa de alargar a unidade na acção como forma de intensificar a luta e a organização democrática unitária.

A luta contra o fascismo, pelas liberdades democráticas e pelo fim da guerra colonial deve abranger as mais amplas camadas sociais, assumir formas muito diversas e dar origem à criação de diferentes tipos de Comissões.

Manifestação de apoio AO PROF. RUI GOMES

O Prof. Rui Luis Gomes, que em 1951 foi candidato da Oposição democrática à Presidência da República, foi forçado a radicar-se no Brasil, onde há anos é professor Universitário, dado que no nosso país foi arbitrariamente demitido da Universidade. Mas o exílio não representou qualquer abdicção do seu patriotismo e dos seus ideais democráticos. A coerência do Prof. Rui Gomes é uma coisa que o ódio cego do cadêdrático fascista M. Caetano não pode esquecer. Por isso, no fim de Dezembro, ele foi impedido de desembarcar no Aeroporto de Lisboa e obrigado pela PIDE-DGS a embarcar para Paris, de onde acabava de chegar.

No Aeroporto do Porto, centenas de pessoas estavam à espera do Prof. Rui Gomes. Quando aterrou um avião onde se esperava que ele viesse, ergueram-se vivas e cartazes a saudar o Prof. Rui Luis Gomes. Mas ao saber-se que ele não vinha, as centenas de pessoas presentes manifestaram a sua indignação gritando: «Liberdade», «Fora a Pide», «bandidos».

Este novo atentado aos mais elementares direitos humanos coloca mais uma vez a necessidade de se lutar para pôr cobro à situação de muitos portugueses, que se encontram no estrangeiro e privados de regressar ao país, unicamente por serem democratas e não abdicarem dos seus ideais.

Manifestação antifascista no Fundão

É de tradição nesta vila comemorar-se o 1.º de Dezembro. Este ano, porém, a afluência não só foi maior, cerca de 400 pessoas, mas após os habituais vivas à independência, as pessoas presentes começaram a gritar «abaixo o fascismo», «viva a liberdade», «abaixo a repressão», etc..

As forças repressivas apressaram-se a dispersar as pessoas mas não impediram que a comemoração se tenha transformado numa manifestação anti-fascista.

O Recenseamento

De 2 de Janeiro a 15 de Março, todos os portugueses se devem recensear. Mas a luta pelo recenseamento não se deve limitar à inscrição nos cadernos eleitorais. A esta acção deve aliar-se a luta por:

- Criação de amplas Comissões democráticas
- Realização de pequenas e grandes reuniões, colóquios e assembleias.

E tudo isso para mobilizar, unir e organizar os portugueses na luta pelos direitos de reunião e associação, pelas liberdades democráticas, pela libertação dos presos políticos e pelo fim da guerra colonial.

Lei de Meios para 1973

Prossegue a subida dos preços

Como habitualmente, a última Lei de Meios é acompanhada de um relatório no qual se faz uma pretensa análise da situação económica do ano que finda e se justifica a política económica e financeira para o ano que se vai iniciar.

Quando à Lei de Meios própria dita ela é uma mera repetição, quase de chapa, como aliás se confessa no próprio preâmbulo, das Leis de Meios anteriores. O que o Governo nos promete é, pois, continuar a desenvolver o capitalismo monopolista de Estado, incrementar a concentração e centralização de capitais, prosseguir a liquidação das pequenas empresas industriais, arruinar no mais curto prazo possível o pequeno comércio (a que nesta Lei de Meios é dado particular ênfase ao cantarem-se lóas aos super-mercados), prosseguir a expropriação dos camponeses pobres e médios, e, acima de tudo, continuar a assegurar as melhores condições possíveis para a exploração da classe operária pelo capital. Prosseguirá a política de exploração colonial e de guerras coloniais, o aumento dos impostos para pagar tais guerras à custa do povo, a venda do país aos imperialistas estrangeiros. Em suma, Marcelo Caetano prosseguirá a sua política de «continuidade» na traição aos interesses do povo português e na opressão colonial.

Quando à pretensa análise da situação económica em 1972, o ministro Cotta Dias escreve montanhas de palavras para não dizer absolutamente nada de concreto, salvo quanto ao novo e enorme agravamento do défice da balança comercial (que a prosseguir ao ritmo dos primeiros 8 meses pode vir a atingir os 30 milhões de contos! — indicador característico da falência da política económica do Governo) e salvo quanto ao elevado ritmo da subida dos preços em 1972.

Neste comentário limitar-nos-emos a este último aspecto.

Nos primeiros meses de 1972 os preços continuaram a subir a um ritmo galopante como bem o sentiram as donas de casa, os operários, os empregados, os funcionários públicos, todos os que vivem do seu trabalho. De facto, só nos primeiros 5 meses desse ano, segundo os números oficiais, os preços subiram 6% em Lisboa, Porto e Viseu; 5% em Évora e Faro; e 4% em Coimbra. E estas subidas são tanto mais graves quanto é certo virem a somar-se às dos anos anteriores.

Segundo os números do Instituto Nacional de Estatística que, como se sabe, ficam muitíssimo aquém da realidade, só nos anos de 1969, 70, 71 e cinco primeiros meses de 72, os preços ao consumidor subiram 41% em Lisboa; 34% no Porto; 31% em Coimbra; 35% em Évora e Viseu; e 39% em Faro. Esta infernal subida de preços tem atirado vastas camadas da população para uma maior miséria, provocando uma situação insustentável.

Mas ainda não satisfeito com a super-exploração dos trabalhadores que esta subida de preços tem permitido aos grandes capitalistas, o Governo, com o falso pretexto da luta contra a inflação, procurou congelar os salários segundo confessa o próprio Cotta Dias: «fixou-se o prazo de dois anos para a revisão convencional

das tabelas de salários, tendendo a evitar o sobressalto de constantes reivindicações». Quanto aos preços, é o mesmo Relatório da Lei de Meios que diz que eles continuarão a subir: «não deve esperar-se que a desejada estabilização dos preços se atinja rapidamente».

Perante uma tal situação, os trabalhadores têm respondido e devem continuar respondendo com uma luta cada vez mais enérgica e radical contra a subida dos preços e por melhores salários e outras reivindicações. Foi o que fez o povo trabalhador do Porto realizando em 15 de Abril uma grandiosa manifestação de mais de 40 mil pessoas contra a carestia da vida. E não é certamente mera coincidência o facto de, a partir do mês seguinte e pelo menos até Setembro (últimos números que conhecemos), o índice de preços referente a esta cidade ter baixado um pouco todos os meses, o que não aconteceu nas outras cidades. O mesmo caminho da luta cada vez mais enérgica e radical, através de paralisações e greves, por melhores salários e outras reivindicações, seguiram-no também, nos últimos meses, entre muitos outros, os trabalhadores da Carris do Porto e Lisboa, os operários da Fábrica de Alumínio Moller de Vale de Cambra, os trabalhadores da Administração dos Portos do Douro e Leixões, os operários da Eurofil Abelheira, Cometna, Sorefame, Sach, os da Flandria de Águeda, os operários da casa Hipólito, da F. da Silva e Feroeste de Torres Vedras, os motoristas de Lisboa, os bancários, os pescadores de Portimão que se mantiveram em greve uma semana, etc..

Que o Governo, teme seriamente a radicalização da luta que se está a verificar e que só o prosseguimento de tal luta o pode forçar a tomar medidas capazes de diminuir o ritmo inflacionista, também o Relatório da Lei de Meios, embora veladamente, o confessa: «É indispensável evitar que essas pressões se intensifiquem e se prolonguem ao ponto de criar um clima generalizado de expectativas inflacionistas susceptível de agravar consideravelmente as dificuldades que já se experimentam. Um tal clima teria graves riscos de instabilidade e, além dos seus reflexos sociais negativos, poderia fazer surgir sérios obstáculos ao desenvolvimento económico futuro».

Aliar a radicalização das lutas económicas a uma mais ampla e enérgica luta política pelas liberdades democráticas e contra as guerras coloniais, como aliás está a acontecer, é o mais seguro caminho, não só para a defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores, como para infligir pesadas derrotas ao Governo fascista e também para criar as condições necessárias para se conseguir aquilo que todo o povo anseia: liquidar o regime fascista e construir uma democracia dos trabalhadores e para os trabalhadores.

NOVAS GREVES por aumentos de salários

Os trabalhadores das oficinas dos **transportes colectivos do Porto**, que no final de Outubro recorreram à greve, em apoio das suas reivindicações, tal como «Avante!» noticiou, prosseguem na sua luta. A 30 de Novembro, ao verificarem que nos recibos de vencimento eram mais uma vez mencionados 30 dias, sem incluir o pagamento do 7º dia, as **várias centenas de operários das oficinas da Carreira, Boavista e Areosa decidiram de novo recorrer à greve**, após o almoço, exigindo o pagamento do 7º dia.

Na manhã seguinte, quando os trabalhadores se recusavam a pegar ao trabalho, grandes forças da PSP, comandadas por agentes da PIDE, ocuparam as estações. Os operários são empurrados para uma zona das instalações e todos são interrogados individualmente e coagidos a retomarem o trabalho. Apesar dessa brutal intimidação, na parte da tarde, **os operários da Carreira voltam a paralisar o trabalho**, durante uma hora, desta vez para exigir a libertação de 4 dos seus colegas, há dia e meio presos. **Com esta magnífica acção de solidariedade, obrigaram a PIDE a recuar, libertando os quatro trabalhadores!**

A administração continua a recusar-se a pagar o 7º dia, alegando que seria um encargo incomportável. E o aumento do custo de vida, não será incomportável para os magros salários dos trabalhadores? Querem esses senhores que os trabalhadores trabalhem de graça para custear os encargos da grande negociata feita quando da municipalização dos transportes?

Os trabalhadores prosseguem na sua luta. Circula em todas as

estações um abaixo-assinado. Mas é de capital importância que aos operários das oficinas se aliem todos os trabalhadores do Movimento (autocarros e eléctricos) e que todos constituam uma frente unida na luta por reivindicações comuns. Se o fizerem, a Administração será forçada a recuar e a ceder à justa **reivindicação** de aumentos de salários ou pagamento do 7º dia.

X X X

Os 400 operários metalúrgicos da empresa Serrinha, em Amarante, paralisaram o trabalho durante uma tarde para exigir o pagamento, com efeitos retro-activos, dos aumentos consignados no CCT.

A empresa comprometeu-se a pagar, mas recusava-se a incluir o mês de Janeiro, o que levou os operários a fazerem uma nova **paralisação de 2 horas**. Devido à unidade e combatividade, **os operários da Serrinha obtiveram uma vitória total: o dinheiro reivindicado já foi integralmente pago.**

X X X

Na empresa **Messa (Algueirão)**, há meses que as operárias vinham reivindicando a reposição dos 20%, retirados dos salários de algumas operárias. Em apoio dessa reivindicação, as operárias recorreram a uma paralisação de trabalho desde as 16 horas até à hora da saída (18,30). Alguns dias depois **recusaram-se a pegar ao trabalho, até cerca das 10 horas, e só o fizeram após terem a garantia de que irão repor o pagamento dos 20%.**

PELAS EMPRESAS

Em Novembro, **100 operários metalúrgicos da COMETNA (Lisboa)** concentraram-se no Sindicato com vistas a pressionar o patrão a pagar os 30 dias estabelecidos no Acordo colectivo de trabalho (os patrões da Cometna só estão a pagar 26 dias).

Na **empresa de construção civil EMPEC, de Lisboa**, alguns trabalhadores de uma das obras foram aumentados de 146,00 para 150,00. Os trabalhadores de uma outra obra reivindicaram, eles também, aumentos de salários. «Nem falar nisso», foi a resposta do encarregado. Mas foi forçado a falar... Nos dias 13, 14 e 15 de Novembro, todos os trabalhadores se recusaram a fazer horas extraordinárias, largando o trabalho às 18 horas. No dia 16, o encarregado pediu para que fizessem horas, garantindo-lhes que no fim do mês seriam aumentados.

O pessoal dos **serviços centrais da CP**, secundado pelo pessoal da revisão e de algumas estações, enviaram dezenas de telegramas à Administração rei-

vindicando o 13º mês.

Várias comissões de **revisores de bilhetes e de maquinistas** têm protestado na Administração contra a forma arbitrária como se fizeram algumas promoções, reivindicando a promoção de todos os que a isso têm direito.

A gerência da **fábrica de candeeiros F.M. Bombarda, no Porto**, onde os 100 operários há anos gozam da semana americana, estabeleceu um novo horário eliminando essa regalia e substituindo-a pela semana inglesa.

Os trabalhadores protestaram prontamente. O encarregado geral dizia que o protesto nada valia, que era inútil irem reclamar ao INTP e que nem o ministro o faria retirar o novo horário. Mas enganou-se. Os trabalhadores uniram-se, concentraram-se todos no Sindicato, elegeram uma Comissão que fez várias diligências no INTP e, pela firmeza de todos, o patrão foi forçado a desistir do horário que lhes queria impor.



O 5 DE OUTUBRO EM PARIS

Cerca de 400 trabalhadores democratas emigrados em França e vivendo na região de Paris reuniram-se no dia 8 de Outubro para comemorar o 62.º aniversário da implantação da República.

Na sessão, que decorreu com grande entusiasmo e espírito unitário, intervieram, além do presidente da mesa, um democrata em nome dos democratas emigrados, um representante da Comissão de Solidariedade aos presos políticos e um jovem. Após várias considerações sobre a revolução republicana e o período da República, todos os oradores se debruçaram sobre os graves problemas que hoje defronta o nosso povo, tendo sido particularmente salientada a contribuição que todos os democratas e jovens emigrados ou exilados podem e devem dar à luta que no interior do país as forças democráticas conduzem contra o fascismo e pelas liberdades democráticas, contra as criminosas guerras coloniais, contra a repressão e pela amnistia.

A primeira parte da sessão terminou com a aprovação de várias moções e um animado debate entre os participantes. No início foi feito um minuto de silêncio à memória do camarada Gabriel Pedro, falecido recentemente em Paris.

A segunda parte da sessão foi preenchida com canções progressistas cantadas por três cantores emigrados.

Notas e comentários

Na época actual, existem competições de todos os géneros. Mas os governantes fascistas têm, entre eles, uma competição sui generis: andam todos numa grande azáfama, por todo o país, à cata de inaugurações onde figurem placas com o nome deles. Para tal competição tudo serve: um chariz, uma simples sala, uma visita qualquer, e lá fica mais uma placa na colecção de um ministro ou sub-secretário. Como o Marchueta não é ministro, mas Governador Civil de Lisboa, esse coleciona álbuns de fotografias suas tiradas nas digressões que vai fazendo. Há até quem diga que já tem uma estante cheia de álbuns. Talvez por isso, parece que iniciou agora uma nova colecção: a de medalhas. De facto, tanto ele como o seu professor Marcelo, foram medalhados pelo Casalheira. A massa associativa não tem culpa que os seus dirigentes pareçam cascalho...

A manifestação «espontânea» ao Marcelo pelo 4º aniversário da sua entrada para o governo foi feita com métodos mais aperfeiçoados: foram à província buscar camponeses de táxi, só os deixando sair à porta da Assembleia Nacional para não poderem fugir.

Salvemos a vida dos presos políticos!

O estado de saúde de alguns presos que se encontram em Peniche exige que eles sejam imediatamente hospitalizados. Tais são os casos, entre outros, de **Ángelo Veloso, Rogério de Carvalho e Manuel Pedro**, que se encontravam na Cadeia-hospital de Caxias por sofrerem de graves problemas de saúde ou para serem submetidos a intervenções cirúrgicas. Apesar disso, o Governo e a PIDE, mesmo com a oposição dos médicos, transferiram esses presos para Peniche antes de terem sido tratados.

Este facto prova, mais uma vez, que os assassinos da PIDE-DGS tudo fazem para liquidar fisicamente os presos que mais odeiam.

A vida desses e outros destacados patriotas exige que tudo façamos para os salvar. Há que lutar pela hospitalização imediata de todos os presos doentes!

Mas à luta pela hospitalização dos doentes devemos associar a luta pela libertação de todos os presos, pois somente em liberdade poderão ser salvaguardadas as suas vidas.

QUANTIAS RECEBIDAS DOS AMIGOS DO PARTIDO

À memória de G. Pedro	2.392\$00	Idem	2.500\$00
A memória de M. Ribeiro	800\$00	Lib. p. D. Miranda	500\$00
A. Gregório	200\$00	Lib. p. J. Magro	40\$00
A. P. 91 (X)	442\$00	Lib. p. Ur. Machado	20\$00
Abaixo o nazismo	415\$00	Lib. de expressão	20\$00
Agos. Saboga	160\$00	Lusitano P. (X)	52\$00
Amigo da Loja (Set)	100\$00	Idem F. (X)	20\$00
Idem (Out)	100\$00	Marinheiro vermelho	40\$00
Amigo da Quinta (Set)	50\$00	Marx e Engels	100\$00
Idem (Out)	50\$00	Marxismo	500\$00
Amigo de R.P.L.	52\$00	P. C. nosso farol	962\$20
Ana	20\$00	Idem	300\$00
B.A.	36\$00	Idem	100\$00
B. Teixeira (I)	2.000\$00	Idem	200\$00
Camaradas emigr. (Set)	156\$00	Idem	200\$00
Idem (Out.)	156\$00	Paz Vietnam	50\$00
Camponeses ribat.	120\$00	Revolução prolet.	60\$00
Casal soc. do Barr.	200\$00	Ribatejano resistente	50\$00
Chico	120\$00	Rifa de sacos	70\$00
Cravos vermelhos	32\$00	Sete de Novembro	2.250\$00
Doação Avantes	185\$00	Sousa	60\$00
EFRAN	1.000\$00	Um eserapo da dit. fasc.	50\$00
Electricista verm.	50\$00	Um marxista	20\$00
G. D. A.	500\$00	Um marxista	40\$00
Gregório (50.fr)	260\$00	Um motorista vermelho	20\$00
I.D.B.	30\$00	Um pedreiro do Oeste	50\$00
Ildio Est.	100\$00	Vietnam heróico	50\$00
Indust. com.	100\$00	Idem (I)	30\$00
Lib. p. A. Gervásio	100\$00	Vitória	
Lib. p. D. Abrantes	800\$00	MPLA	20\$00
Idem	100\$00	Viva o PCP	103\$60
Lib. p. D. Lourenço	200\$00		
Idem	70\$00	TOTAL:	22.780\$20

GRANDES INICIATIVAS da juventude do mundo

Em Novembro, realizou-se, em Moscovo, um Encontro Mundial da Juventude Trabalhadora.

Participaram delegações nacionais de 115 países representando organizações comunistas, socialistas, social-democratas, democratas cristãs e sindicais. Diversas organizações internacionais de juventude estiveram também presentes.

Uma delegação de jovens comunistas portugueses tomou parte activa nos trabalhos e foi uma das eleitas para o presidium do Encontro.

Na sessão inaugural os delegados ouviram uma saudação do camarada Brejnev e aprovaram um telegrama a Nixon exigindo o fim dos bombardeamentos ao Vietnam e a assinatura do acordo de paz.

O Encontro teve grande importância para o reforço da unidade da juventude trabalhadora de todo o mundo na luta contra o imperialismo, pela paz e o robustecimento da solidariedade internacional.

No documento final é feita referência à situação dos jovens trabalhadores dos países fascistas — de Portugal, nomeadamente — e salientada a necessidade de se reforçar a solidariedade internacional para com a luta do nosso povo e da nossa juventude.

O Encontro contribuiu positivamente para a preparação do X Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que se realizará em Berlim Oriental de 28 de Julho a 5 de Agosto.

Entretanto, por todo o mundo a juventude e os estudantes preparam-se para o Festival. Foi já em Janeiro de 1972 que se realizou, em Sofia, a reunião constituinte do Comité Internacional Preparatório. Em muitos países estão constituídos Comités Nacionais que trabalham activamente para mobilizar, em torno da preparação do Festival, as mais largas camadas da juventude e para assegurar a participação no mesmo de delegações largamente unitárias.

Espera-se que a 28 de Julho estejam reunidos em Berlim 20 mil jovens que, idos de todos os países, afirmarão na alegria do seu encontro, no convívio franco e fraternal, nas sessões de cultura e nas provas desportivas, a sua unida oposição à guerra e ao imperialismo, o seu propósito de contribuir para reforçar a solidariedade de todos os povos da terra.

Rádio Portugal Livre

Transmite diariamente em 3 períodos de emissão. Das 8 às 8.30 em 19, 29, 20.8 e 25 metros. Das 24.29 às 24.30, em 25, 26, 32 e 36 metros. Das 19 às 21 em 19 e 25 metros.

Aos domingos, transmite também das 13 às 13.30 em 19, 20, 25 e 28 metros.



Discursos

* Deve acabar-se com o hábito dos discursos (diz curiosa circular da Presidência do Conselho dirigida aos funcionários públicos), que até a cargos militares está a expandir-se e que, quando proferido por funcionários de reduzida categoria funcional, se tornam ridículos, quando não são antidisciplinares!

E cá de lembrar que «os funcionários superiores não deverão participar em reuniões onde se debatam temas políticos, económicos ou sociais, sem autorização do respectivo Ministro».

Pelos vistos, tanto nos de «reduzida categoria» como nos «superiores», o apoio não é incondicional.

O último?

São conhecidos os hediondos crimes praticados pelos colonialistas em África. Na Guiné, Spínola é o seu inspirador. Um jornal da tarde faz o retrato do general. Um nazi? Um assassino? «O Caco»? Não, Spínola seria o ÚLTIMO GENERAL ROMÂNICO. Talvez meia verdade. Romântico não é decerto. Mas na Guiné pode muito bem ser que seja O ÚLTIMO.

Afilhados

M. Caetano vai tirando uns e pondo outros. Tal como Salazar, prefere nos ministérios ecclesiásticos sercir, que o estejam reconhecidos pela pasta e pela posta. Conselho de Ministro ou Conselho de Afilhados?

Boa companhia

M. Caetano deu uma entrevista para Itália e escolheu o jornal «Il Tempo». Escolheu bem. Primeiro, por ser fascista. Depois, porque é sabido que outro português, também «professor» e cujo nome (simples coincidência!) tem as mesmas iniciais (M.C.), já tem dado entrevistas no mesmo jornal: O tristemente célebre «professor» Mário Carvalho, um dos propagadores da PIDE que organizou a armadilha de Badajoz, onde foi assassinado o gen. H. Delgado, e que por isso tem pendente um processo em Roma. Os mandões fascistas encontram-se em lugar devido com os seus mandatários. Boa companhia.

Acrescente

Quem ouça a chamada «Voz da Liberdade», não sabe se está a ouvir homens ou deuses, mas, em qualquer caso ouve teatro. Em 23 de Setembro, por exemplo.

Tudo quanto se passa em Portugal (proclamam) é porque eles existem. Acção Revolucionária? só desde que se apoderaram do dinheiro e do resto que havia em Argel. A ARA? apenas «um argumento» contra eles. No meio de portugueses desorientados, «conduziram serenamente o combate» e agora, depois de tantos triunfos, são (nas próprias palavras) «a pedra fundamental da aliança do trabalho, da ciência e da cultura». Nem menos!

Há quem noutro país defenda a aliança do «trabalho e da cultura»? Bebendo at inspiração, os verbalistas de Argel acharam pouco. E cá de acrescentar a «ciência», com receio que estivesse de fora. Fenomenal e sábia teorização! Nem o Tomas, senhores meus.

Desembuxaram

Custom, mas foi. Engasgados com o «Radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista», os verbalistas ficaram dois anos sem respiração. Finalmente desembuxaram. E-los agora, dois anos passados, gritando «às armas!» a tentarem a uma dar resposta. As armas? O costume: fal-sificações, invenções, insultos. In-corrigeis!

Há que pôr cobro às torturas!

Forçado a operar um flagrante recuo político ao abolir as «medidas de segurança» de internamento, o governo de M. Caetano continua a fazer da repressão o instrumento fundamental para impôr ao povo português a sua política anti-popular e anti-nacional.

Diariamente os esbirros da PIDE-DGS e os agentes de outras forças repressivas prendem, torturam, interrogam, provocam trabalhadores, estudantes, democratas, portugueses que de um modo ou de outro se opõem à política do regime, ou lutam pelos seus interesses.

Alguns factos recentes ilustram e denunciam esta actividade criminosa e constante do governo e das suas forças policiais.

Cerca de meia centena de trabalhadores dos Transportes Colectivos do Porto foram submetidos a interrogatórios pela PIDE-DGS que, conluída com a administração da empresa, procura intimidá-los e levá-los a abandonar a luta, o que já antes fizera em relação aos trabalhadores da APDL. Noutras empresas, a PIDE-DGS intervém a pedido do patronato para reprimir as lutas dos trabalhadores. Escudado nesta colaboração, o patronato usa cada vez mais a ameaça da polícia política como forma de paralisar a luta reivindicativa nas empresas, intimidar activistas e delegados sindicais, quando não os despede pura e simplesmente.

A PIDE-DGS voltou a prender estudantes em Lisboa. A Faculdade de Medicina da capital foi de novo cercada pela polícia de choque. Em Coimbra, ao abrigo do novo decreto que acompanhou a abolição das «medidas de segurança», 14 estudantes foram multados, em 1.500\$00, por tentativa de manifestação a quando das comemorações da Tomada da Bastilha, vários outros foram multados, em 3.000\$00, por distribuição de comunicados nas Faculdades, na mesma data. Todos foram processados e entregues a tribunal. As autoridades académicas continuam a participar activamente na repressão ao movimento estudantil: 1 estudante de Coimbra foi expulso por 10 ano, 15 activistas associativos da Faculdade de Letras de Lisboa foram expulsos durante noventa dias; estão suspensos 31 estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa.

Largas dezenas de católicas que faziam uma vigília pela paz na capela do Rato, a 31 de Dezembro foram presas e maltratadas pela PSP, que invadiu o templo. Onze funcionários públicos e administrativos que se encontravam entre eles foram dias depois demitidos ou reformados

compulsivamente ao abrigo de uma lei de 1935 que o governo de M. Caetano foi desenterrar do velho arsenal de Salazar.

Aos presos políticos continuam a ser infligidas monstruosas torturas pela PIDE-DGS. O camarada Carlos Domingos que foi submetido a um primeiro período de 13 dias e noites seguidos de privação de sono, voltou a ser supliciado com essa forma de tortura. O engenheiro Fernando Vicente, a estudante de Belas-Artes, Tereza Tengarrinha Dias Coelho e a generalidade dos presos que tem passado ultimamente pelos antros da PIDE-DGS aparecem nas visitas com as marcas características de longa sujeição à tortura do sono e o primeiro com sinais evidentes de espancamentos também. Torturar atrocemente todos os presos que passam pelas suas mãos é cada vez mais a prática corrente da polícia política de M. Caetano.

Há que pôr cobro às torturas!
Há que exigir a presença dos advogados nos interrogatórios dos presos políticos!

Há que alargar e intensificar a luta pela abolição da PIDE-DGS, pela libertação dos presos políticos, por uma ampla e completa amnistia.

VISITAS À URSS

Nos últimos anos, têm aumentado as visitas e excursões de portugueses à União Soviética. É um facto muito positivo, que abre caminho à abolição da proibição

Continua... A China lado a lado do fascismo português

No último «Avante» noticiamos o resultado de uma votação na ONU a favor da imediata suspensão de todos os ensaios atmosféricos com armas nucleares, moção contra a qual votaram apenas 4 países nos quais se contavam a China e Portugal.

Numa outra votação, desta vez sobre o não emprego da força nas relações internacionais, mais uma vez votaram contra apenas 4 países: Portugal, a África do Sul, a China e a Albânia.

Que num passado recente, quando era a chamada China de Chang-Kai-Chek que estava representada na ONU, Portugal e a China votassem lado a lado, isso não surpreendia ninguém. Mas o que agora sucede é que quem vota ao lado do governo fascista de Portugal e da racista África do Sul, é a China de Mao-Tsé-Toung e a Albânia de Hodja!

NÃO PODE ABRANDAR a solidariedade ao Vietnam

Os americanos foram de novo forçados a sentar-se à mesa das negociações.

Os bombardeamentos de Hanoi e Haiphong, nos últimos dias de 1972, unânimesmente considerados como dos actos mais brutais de toda a história da humanidade provocaram uma formidável reacção da opinião pública internacional.

Um coro impressionante ergueu-se de todos os cantos do mundo. Foram os governos, o da União Soviética em primeiro lugar, que advertiu severamente os agressores, os dos outros países socialistas, os de vários países capitalistas, que em mensagens a Nixon protestaram enérgicamente contra a intensificação da guerra. Foram os Paramentos, como o sueco e o canadiano, onde todos os partidos se uniram para aprovar moções condenatórias. Foram as massas populares nos países socialistas, nos países do terceiro mundo, nos países capitalistas que desceram à rua e organizaram grandes comícios de protesto. Foi o próprio Papa.

Nem uma só vez apareceu a apoiar ou a justificar os americanos.

O povo heróico do Vietnam também não foi colhido de surpresa. Os agressores americanos pagaram bem caro esta nova proeza. Os considerados invulneráveis B-52 foram abatidos em número de 33 (1/3 dos que os americanos tinham no Sueste Asiático), a que se juntaram mais 43 aviões abatidos de outros tipos. Os generais americanos reconheceram que estavam a atacar a região melhor defendida da história.

Forçado a negociar de novo, Nixon continuará a regatear o reconhecimento da derrota da intervenção militar americana na Indochina. Fazendo uso da chantagem e das ameaças arrogantes, homens do seu governo anunciam a possibilidade de serem utilizadas armas atómicas no Vietnam no caso de falharem as negociações.

A solidariedade ao Vietnam heróico não pode abrandar um só instante.

Há que continuar a enviar saudações de apoio ao povo do Vietnam e mensagens e abaixo-assinados de protesto a Nixon e à embaixada americana, como muitos que circulam no país;

Há que ampliar a campanha de agitação e inscrições como as que foram feitas recentemente nos liceus do Porto, Garcia da Horta, Carolina Michaelis, Rainha Santa Isabel, Alexandre Herculano e Escola Infante D. Henrique—com os dizeres «Nixon assassino!» «Vietnam vencerá!», «Alto à guerra no Vietnam!»;

Há que generalizar iniciativas como a publicação de manifestos, tarjetas, postais ilustrados como o lançado recentemente—pelos estudantes do Porto;

Há que incrementar a recolha de fundos para o Vietnam;

Há que reforçar, numa palavra, toda a acção em apoio do Vietnam heróico e de denúncia dos crimes bárbaros do imperialismo americano.

A Rádio Portugal Livre está a emitir as reportagens de um seu enviado especial que visitou recentemente o Vietnam. As afirmações de calorosa fraternidade e solidariedade dos dirigentes e do povo do Vietnam para com o nosso povo e a nossa luta, que essas reportagens registam, as informações e esclarecimentos sobre como se organiza ali a vida nas duríssimas condições da guerra e a denúncia ao vivo dos crimes dos imperialistas americanos que delas se podem colher, constituem uma preciosa contribuição para a mobilização do povo português na campanha de solidariedade ao Vietnam.

Divulgar o conteúdo das reportagens da R.P.L. e dar concretização aos seus apelos é ainda outra forma de contribuir para a intensificação da campanha de solidariedade ao Vietnam.

NO TEATRO S. CARLOS

Apesar de ser todo o país a subsidiar o teatro S. Carlos, com milhares de contos anuais, só podiam assistir aos seus espectáculos quem fosse com traje de gala. Tal exigência acabou, mas não completamente, não se fosse pensar que havia «renovação»

sem continuidade... Agora só se exige traje de gala nas noites de estreia. Será por causa do Tomás que tem uma especial predilecção por estreias?

Que o Américo, é um espectáculo. lá isso é verdade!

LEITOR E AMIGO DO «AVANTE»

Depois de teres o «Avante!», lembra-te que há muitos e muitos portugueses que desejariam lê-lo e que não abem como o obter. Não o destruas. Dá-o a um dos teus amigos de confiança.

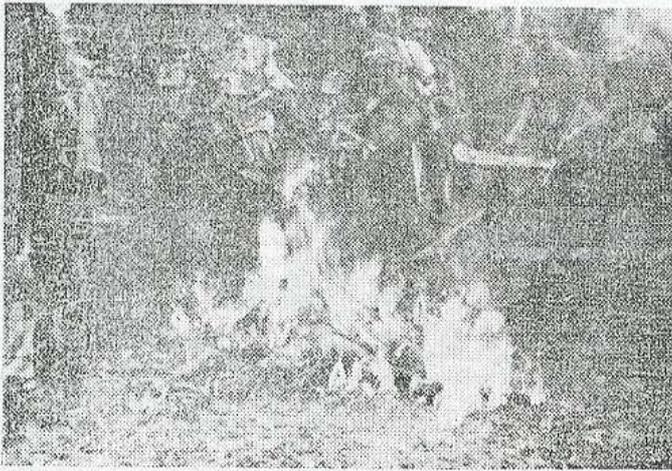
Colabora com o «Avante!», fazendo-o chegar a pessoas honestas ou deixa-o num sítio onde possa ser apanhado e lido por outras pessoas, especialmente trabalhadores.

URGE PÔR FIM À GUERRA COLONIAL!

(continuação da 1ª pág.)

realizar-se as eleições para a Assembleia Nacional Popular que terá entre outras tarefas a de elaborar a primeira constituição da Guiné livre.

Em múltiplas reuniões e conferências internacionais, nomeadamente, na reunião do Conselho de Segurança da ONU efectuada em Adis-Abeba, na 5ª Conferência Internacional do Trabalho, na Assembleia Geral da ONU, a situação nas colónias portuguesas esteve no centro dos debates e foi objecto de resoluções de apoio à luta de libertação e de condenação do colonialismo português. Para discutir exclusivamente a situação nas colónias portuguesas o Conselho de Segurança da ONU efectuou uma reunião especial no mês de Novembro:



Das moções aprovadas na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança da ONU ressaltam aspectos novos de grande importância que influenciarão no imediato o curso da questão colonial num sentido altamente favorável à luta de libertação dos povos das colónias. O primeiro, é o reconhecimento do MPLA, da FRELIMO e do PAIGC como legítimos representantes dos povos de Angola, Moçambique e Guiné. O segundo, é a pressão de toda a comunidade internacional para que o governo português ponha termo à guerra e abra negociações com os movimentos de libertação.

Reafirmando solenemente perante o Conselho de Segurança a disposição de entabular negociações com o governo português, os movimentos de libertação demonstraram perante a comunidade internacional o alto sentido de responsabilidade de que estão animados, quer em relação aos interesses dos povos de que são vanguarda, quer em relação aos interesses da segurança e da paz em África e colocaram o governo de M. Caetano na situação de único e obstinado responsável pelo prosseguimento da guerra.

Transformar a oposição à guerra colonial num poderoso movimento

Ao cabo de doze anos de guerra colonial a oposição do nosso povo a esse empreendimento criminoso manifesta-se irreprimivelmente. Ganha cada dia novos sectores um amplo movimento de opinião exigindo o fim imediato da guerra colonial, negociações com os legítimos representantes dos povos de Angola, Guiné e Moçambique, o reconhecimento do direito dos povos das colónias portuguesas à completa e imediata independência.

Generaliza-se a compreensão de que a guerra colonial só interessa e aproveita a meia dúzia de magnates portugueses e estrangeiros e aos «senhores da guerra» — generais e outros oficiais de alta patente.

O ano de 1972 foi assinalado por potentes acções contra a guerra colonial e o colonialismo. Iniciado com o estampido das explosões da acção da ARA de 12 de Janeiro que destruiu grande quantidade de material de guerra pronto a embarcar para as colónias, findou com a vigília e o jejum de largas dezenas de católicos na capela do Rato e uma vasta operação de agitação em Lisboa e na região periférica. Ao longo do ano, em grandes movimentações de massas, como a manifestação de 40 mil pessoas, a 15 de Abril, no Porto, e nas manifestações de 14 de Outubro, em Lisboa, a reclamação popular de «Abaixo a guerra colonial» sobressaiu entre as mais firmemente gritadas pelos manifestantes. Milhares de jovens continuaram o movimento de protesto contra as guerras coloniais desertando ou recusando-se a prestar o serviço militar; nos quartéis prosseguiu o movimento de resistência com a recusa de juramentos, acções de insubordinação, lutas pela melhoria do rancho e outras; enterros de militares mortos nas colónias foram aproveitados pelo povo para patentear os seus sentimentos de oposição às guerras coloniais;

prosseguiu a campanha de agitação contra a guerra e o colonialismo através de publicações diversas, inscrições, targetas, etc..

Ignorando a vontade tão largamente manifestada pelo povo português, tal como ignora a vontade dos povos das colónias exuberantemente expressa em doze anos de luta heróica, o governo de M. Caetano continua a jogar na política de intensificação do esforço de guerra na miragem de uma vitória militar. O aumento das verbas destinadas à defesa e à segurança no orçamento para 1973, o decreto sobre a reinspecção dos que não fizeram o serviço militar, o retorno às fileiras de alguns que já o fizeram desde que sirvam em determinadas especialidades, o boato que persiste (apesar dos desmentidos oficiais) sobre o aumento do tempo do serviço militar nas colónias, a chamada obrigatoriedade ao cumprimento do serviço militar dos estudantes que reprovem dois anos seguidos, as medidas recentes visando a maior utilização de mulheres na máquina de guerra — tais são alguns dos aspectos que traduzem a continuidade desta política.

Com os novos Estatutos das chamadas «Provincias Ultramarinas» vindos a público recentemente e nos quais as colónias passam a ter a classificação de «regiões autónomas», o governo de M. Caetano ensaia um esforço mais para iludir a opinião pública internacional, o povo português e os próprios povos das colónias, procura uma nova cobertura política para o prosseguimento da opressão e da guerra coloniais, mas põe a descoberto, ao mesmo tempo, as dificuldades crescentes com que se defronta neste domínio.

Estas dificuldades resultam, principalmente, dos graves revezes sofridos nos teatros de guerra, do isolamento internacional que se acentuou seriamente nos últimos tempos, do cada vez maior isolamento nacional. Elas decorrem de um conjunto de factores que favorecem a intensificação do combate à política colonial da ditadura fascista e representam importantes contributos à luta para forçar o governo de M. Caetano a pôr fim à guerra colonial e a entabular negociações com os movimentos de libertação com vista à independência completa das colónias.

Concretizar estas condições favoráveis e transformar a oposição generalizada à guerra colonial num poderoso movimento para lhe pôr termo, é uma das tarefas maiores que se coloca a todas as forças democráticas, ao povo português.

REPROVAÇÃO OU CONVIVÊNCIA COM O COLONIALISMO?

A Nota publicada pelo Patriarcado sobre a vigília da paz, realizada na capela do Rato, não pode satisfazer os católicos honestos e amantes da paz.

Afirma a Nota que os objectivos do «Dia da paz» propostos pelo Papa «são obviamente de concretização melindrosa num país em guerra, como a que se passa no Ultramar». Quer dizer: para o Patriarcado, os objectivos do Papa são válidos apenas para os países onde há paz. Para os casos como Portugal, que trava uma vergonhosa guerra colonial, o Patriarcado fala numa hipotética «isenção que a Igreja deve e quer manter». Mas não será essa «isenção» precisamente uma forma de se silenciar os crimes cometidos pelos fascistas? Lá diz o nosso povo: Quem cala consente. E o alto clero da Igreja, quando se cala frente à questão da guerra colonial, quando silencia os crimes dos colonialistas, quando nada diz sobre as torturas poli-

ciais e os presos políticos, nos quais se contam alguns padres das colónias, essa chamada «isenção» representa uma real convivência com a criminosa e antinacional política do governo fascista de M. Caetano.

EDIÇÕES «AVANTE!»

As Edições «Avante!» associaram-se às comemorações do 50º aniversário da União Soviética publicando o folheto «URSS - 1922-1972» que contém uma informação sucinta mas rigorosa sobre o país dos soviéticos.

Prosseguindo a denúncia dos crimes do colonialismo português as Edições «Avante!» acabam também de publicar o folheto «ACTO DE ACUSAÇÃO», que não é mais nem menos do que «a reprodução literar das principais passagens do Acto de Acusação de alguns incriminados no 1º Tribunal Territorial de Luanda».

Estes dois folhetos estão em distribuição em todo o Partido.

DESPESAS MILITARES

Em 1971 gastaram-se 15 milhões e 312 mil contos em despesas militares, ou seja:

em cada dia, 41 mil e 950 contos em cada hora, 1.750 contos.

O Orçamento Geral do Estado para 1973 prevê gastar, num ano,

77.500 contos em melhoramentos urbanos, isto é, uma verba inferior às despesas militares de apenas dois dias!

O mesmo Orçamento atribui 9.000 contos para habitação rural, isto é, o mesmo que se gastou com a guerra em apenas 5 horas!